

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.656.659.368
Preferenciais	0
Total	1.656.659.368
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.485.824	1.506.410
1.01	Ativo Circulante	270.589	283.517
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	216.937	210.539
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.192	51.453
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.192	51.453
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	19.180	29.662
1.01.02.01.04	Aplicações financeiras vinculadas	8.012	21.791
1.01.03	Contas a Receber	18.571	14.703
1.01.03.01	Clientes	18.571	14.703
1.01.03.01.01	Contas a Receber	18.571	14.703
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.490	5.165
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.490	5.165
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.490	5.165
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.225	1.507
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.225	1.507
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	174	150
1.01.08.03	Outros	174	150
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedor	90	91
1.01.08.03.02	Outros Créditos	84	59
1.02	Ativo Não Circulante	1.215.235	1.222.893
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	156.793	156.877
1.02.01.04	Contas a Receber	23	23
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	23	23
1.02.01.07	Tributos Diferidos	151.901	151.901
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.901	151.901
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.227	1.311
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.642	3.642
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.642	3.642
1.02.03	Imobilizado	5.704	8.333
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.047	1.141
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.657	7.192
1.02.04	Intangível	1.052.738	1.057.683
1.02.04.01	Intangíveis	1.052.738	1.057.683
1.02.04.01.02	Intangíveis	983.431	1.004.843
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	69.307	52.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.485.824	1.506.410
2.01	Passivo Circulante	192.829	168.955
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.286	3.052
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.286	3.052
2.01.02	Fornecedores	12.162	13.677
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.162	13.677
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	12.162	13.677
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.296	3.213
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.296	3.213
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.296	3.213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	132.115	104.456
2.01.04.02	Debêntures	132.115	104.456
2.01.05	Outras Obrigações	14.304	17.893
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.990	3.680
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.990	3.680
2.01.05.02	Outros	11.314	14.213
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.035	4.773
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.328	1.955
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	407	396
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	4.544	7.089
2.01.06	Provisões	27.666	26.664
2.01.06.02	Outras Provisões	27.666	26.664
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	27.666	26.664
2.02	Passivo Não Circulante	813.433	840.511
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	531.015	566.732
2.02.01.02	Debêntures	531.015	566.732
2.02.01.02.01	Debêntures	531.015	566.732
2.02.02	Outras Obrigações	250.367	242.595
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	235.283	228.589
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	235.283	228.589
2.02.02.02	Outros	15.084	14.006
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	13.998	12.820
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	1.086	1.186
2.02.04	Provisões	32.051	31.184
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.656	4.343
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	4.656	4.343
2.02.04.02	Outras Provisões	27.395	26.841
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	27.395	26.841
2.03	Patrimônio Líquido	479.562	496.944
2.03.01	Capital Social Realizado	1.099.584	1.099.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-620.022	-602.640

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	96.393	87.989
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	72.396	61.485
3.01.02	Receita de serviços de construção	23.997	26.504
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.109	-80.973
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-61.112	-54.469
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-23.997	-26.504
3.03	Resultado Bruto	11.284	7.016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.729	-6.161
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.824	-6.252
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.824	-6.252
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	95	91
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.555	855
3.06	Resultado Financeiro	-24.937	-23.490
3.06.01	Receitas Financeiras	7.887	4.114
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.887	4.114
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.824	-27.604
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-32.824	-27.604
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.382	-22.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.382	-22.635
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.382	-22.635
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0101	0,0132
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,0101	0,0132

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.382	-22.635
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.382	-22.635

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.361	-26.073
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.196	45.039
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-17.382	-22.635
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	34.054	31.554
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-674	-356
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	7.872	8.829
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de empréstimos	0	1.164
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	23.167	13.309
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.172	1.266
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	550	2.805
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	3	49
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	12.434	9.054
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.835	-71.112
6.01.02.01	Contas a receber	-3.868	-2.886
6.01.02.04	Despesas antecipadas	366	-102
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-827	-675
6.01.02.06	Outros créditos	-25	7
6.01.02.08	Outras contas a receber	0	-91
6.01.02.09	Fornecedores	907	-1.349
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-658	218
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-63	92
6.01.02.12	Obrigações sociais	234	-357
6.01.02.13	Obrigações fiscais	362	-3.876
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	11	10
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-240	-2.658
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-11.849	-12.757
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	406	-10.407
6.01.02.19	Pagamento de juros	-33.964	-36.489
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-627	208
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.966	-19.050
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-27.403	-20.099
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-20.360	-134
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	34.315	15.561
6.02.10	Aplicação Financeira	10.482	-14.378
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.997	291.097
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-1.997	-1.968
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	0	-101.900
6.03.12	Captação de empréstimos empresas ligadas	0	10.000
6.03.13	Pagamento empréstimos empresas ligadas - principal	0	-163.459
6.03.14	Emissão de Debêntures	0	650.000
6.03.15	Pagamentos Debêntures - principal	0	-101.576
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.398	245.974

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	210.539	9.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	216.937	255.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.382	0	-17.382
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.382	0	-17.382
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-620.022	0	479.562

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

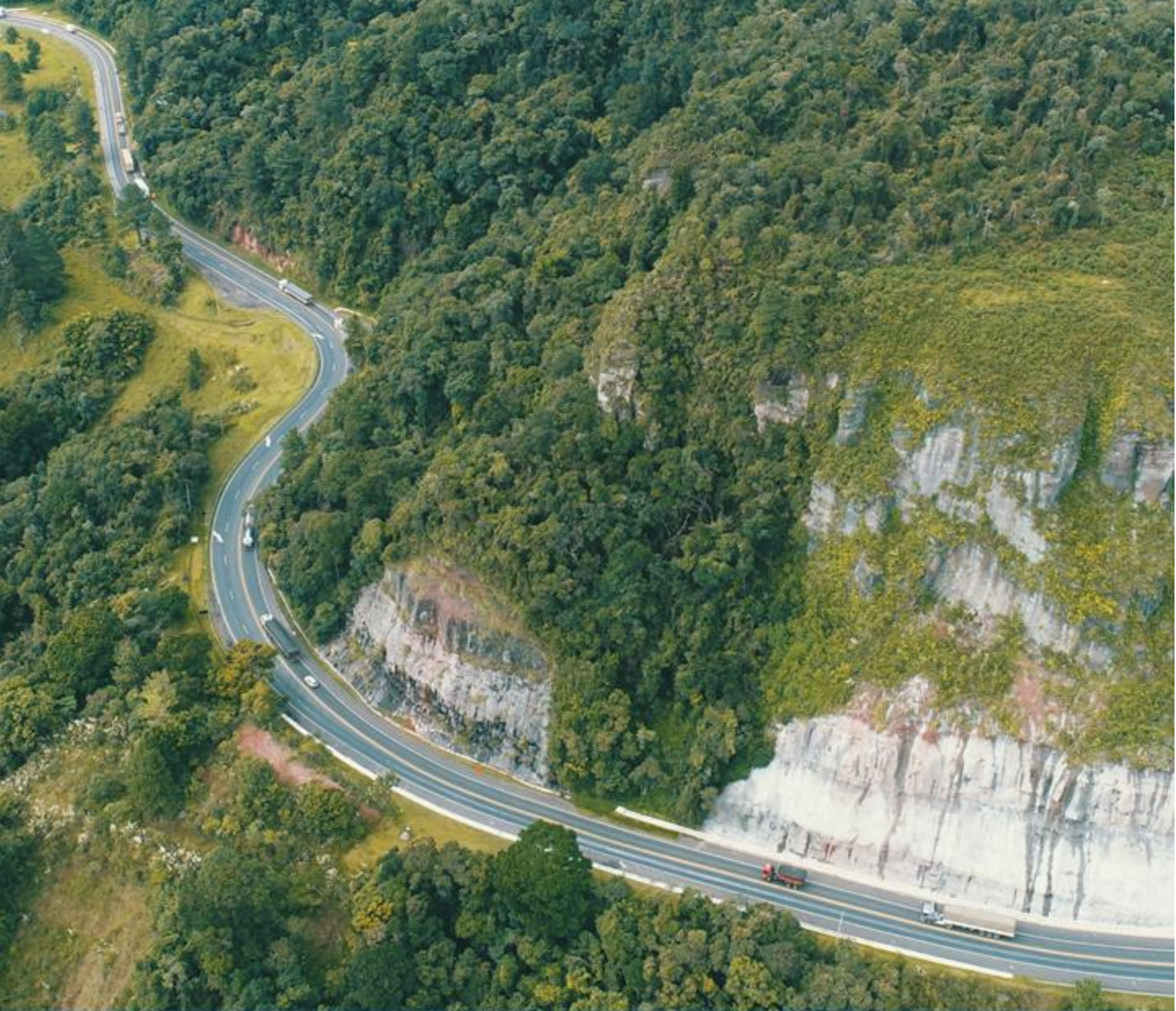
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-472.217	0	627.367
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-472.217	0	627.367
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.635	0	-22.635
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.635	0	-22.635
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-494.852	0	604.732

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	105.740	94.579
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	79.020	66.931
7.01.02	Outras Receitas	26.720	27.648
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	23.997	26.504
7.01.02.02	Outras receitas	390	484
7.01.02.03	Juros capitalizados	2.333	660
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.075	-49.040
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-6.740	-6.555
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.073	-2.102
7.02.04	Outros	-39.262	-40.383
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-23.997	-26.504
7.02.04.02	Custos da Concessão	-1.808	-1.709
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-12.434	-9.054
7.02.04.04	Outros	-1.023	-3.116
7.03	Valor Adicionado Bruto	57.665	45.539
7.04	Retenções	-34.054	-31.554
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.054	-31.554
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.611	13.985
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.887	4.114
7.06.02	Receitas Financeiras	7.887	4.114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.498	18.099
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.498	18.099
7.08.01	Pessoal	6.837	6.575
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.075	4.858
7.08.01.02	Benefícios	1.426	1.385
7.08.01.03	F.G.T.S.	336	332
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.896	5.977
7.08.02.01	Federais	2.927	2.600
7.08.02.02	Estaduais	8	27
7.08.02.03	Municipais	3.961	3.350
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.147	19.353
7.08.03.01	Juros	23.167	14.473
7.08.03.02	Aluguéis	26	62
7.08.03.03	Outras	11.954	4.818
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	0	1
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	2.333	659
7.08.03.03.04	Outras	1.749	4.158
7.08.03.03.05	Juros - Debêntures privadas	7.872	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.382	-22.635
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.382	-22.635
7.08.05	Outros	0	8.829
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas	0	8.829

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T25

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 15 de maio de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. ("Companhia" ou "Planalto Sul") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao primeiro trimestre de 2025 ("1T25").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **11,0%** no tráfego no 1T25, com **9,4 milhões de veículos equivalentes**. O mix de veículos equivalentes foi de **75,8%** do tráfego representado por veículos pesados e **24,2%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 79,0 milhões** no 1T25, com crescimento de **18,1%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 54,0 milhões** no 1T25, acréscimo de **30,3%**, com margem de **74,6%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T25	1T24	Δ%
Total	9.406	8.471	11,0%
Leves	2.280	2.284	(0,2%)
Pesados	7.127	6.188	15,2%

A Planalto Sul registrou 9,4 milhões de veículos equivalentes no 1T25, aumento de 11,0% em comparação ao mesmo período no ano anterior. O mix de veículos foi de 75,8% para os pesados e 24,2% para os leves.

O tráfego de veículos leves foi afetado pelas chuvas na região, além da piora nas condições de consumo, diante do menor ritmo do crédito e das maiores pressões inflacionárias. No segmento de veículos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024 e as exportações brasileiras de produtos avícolas.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	1T25	1T24	Δ%
Tarifa Média	8,40	7,90	6,3%

A tarifa média no exercício do 1T25 foi de R\$ 8,40, um aumento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Receita Bruta	103.314	93.829	10,1%
Receitas de pedágio	79.020	66.931	18,1%
Receitas de Construção	23.997	26.504	(9,5%)
Outras Receitas	297	394	(24,6%)
Deduções	(6.921)	(5.840)	18,5%
Receita Operacional Líquida	96.393	87.989	9,6%
Receita Líquida Ajustada ¹	72.396	61.485	17,7%

1: Excluindo a Receita de Construção

Comentário do Desempenho



Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio no 1T25 totalizou R\$ 79,0 milhões, representando um crescimento de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 24,0 milhões no 1T25, uma diminuição de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 0,3 milhões no 1T25, movimento em linha com o saldo de R\$ 0,4 milhões apresentado no 1T24.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(18.353)	(18.163)	1,0%
Pessoal	(6.838)	(4.716)	45,0%
Conservação	(2.235)	(2.193)	1,9%
Serviços de terceiros	(4.765)	(4.716)	1,0%
Seguros e garantias	(589)	(545)	8,1%
Verba de fiscalização	(1.221)	(1.164)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(550)	(2.805)	(80,4%)
Outros	(2.155)	(2.024)	6,5%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(70.485)	(67.112)	5,0%
Custo dos serviços de construção	(23.997)	(26.504)	(9,5%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(12.434)	(9.054)	37,3%
Depreciação e Amortização	(34.054)	(31.554)	7,9%
Custos e Despesas Operacionais	(88.838)	(85.275)	4,2%

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 88,8 milhões no 1T25, aumento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 18,4 milhões, aumento de 1,0% em comparação ao período anterior.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(17.382)	(22.635)	(23,2%)
(+) Depreciação e Amortização	34.054	31.554	7,9%
(+) Resultado Financeiro	24.937	23.490	6,2%
(+) IR e CSLL	-	-	-
EBITDA¹	41.609	32.409	28,4%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>57,5%</i>	<i>52,7%</i>	<i>4,8 p.p.</i>
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	12.434	9.054	37,3%
EBITDA Ajustado³	54.043	41.463	30,3%
<i>Margem EBITDA Ajustada²</i>	<i>74,6%</i>	<i>67,4%</i>	<i>7,2 p.p.</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia, no 1T25, apresentou valor de R\$ 41,6 milhões, com variação de +28,4% e margem de 57,5%.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 54,0 milhões no 1T25, com crescimento de +30,3% e margem ajustada de 74,6%.

O crescimento do EBITDA e do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Depreciação e Amortização	34.054	31.554	7,9%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no 1T25, o valor de R\$ 34,1 milhões, um aumento de 7,9% em relação ao 1T24.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Financeiro	(24.937)	(23.490)	6,2%
Receitas financeiras	7.887	4.114	91,7%
Despesas financeiras	(32.824)	(27.604)	18,9%

Comentário do Desempenho



O resultado financeiro contabilizado pela Planalto Sul foi de uma despesa financeira de R\$ 24,9 milhões no 1T25, um aumento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

IR e CSLL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-

A Companhia não contabilizou saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social no 1T25 e 1T24.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Líquido	(17.382)	(22.635)	(23,2%)

O Resultado Líquido registrado pela Companhia, no 1T25, foi de um prejuízo de R\$ 17,4 milhões, diminuição de 23,2% comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição de prejuízo decorre, predominantemente, do aumento de receita de pedágio e aumento tarifário da Companhia.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T25	4T24	Δ%
Dívida Bruta	663.130	649.295	2,1%
Curto Prazo	132.115	87.960	50,2%
Longo Prazo	531.015	561.335	(5,4%)
Posição de Caixa	244.129	249.783	(2,3%)
Caixa e equivalentes de caixa	236.117	244.549	(3,4%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	8.012	5.234	53,1%
Dívida Líquida	419.001	399.512	4,9%

1: Curto e Longo Prazo

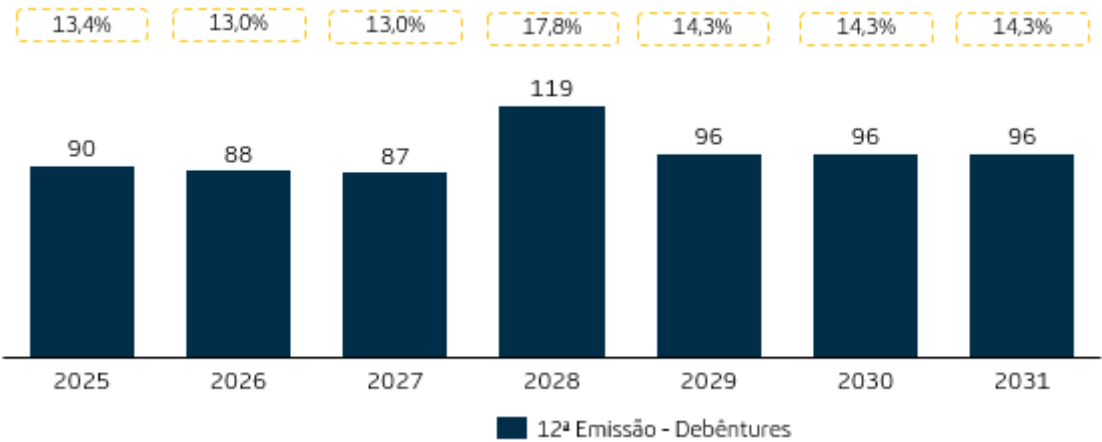
Comentário do Desempenho



No 1T25, a dívida bruta da Planalto Sul totalizou R\$ 663,1 milhões, uma variação de 2,1% em relação ao valor registrado no 4T24. Vale ressaltar que grande parte das amortizações da dívida se concentram no longo prazo, a partir do reperfilamento da dívida da Companhia que ocorreu no 1T24 (12ª Emissão de Debêntures).

A dívida líquida da Companhia finalizou o 1T25 em um montante de R\$ 419,0 milhões, um crescimento de 4,9% em relação ao trimestre anterior.

Aging da Dívida – março de 2025



No exercício de 2025, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 12ª Emissão de Debêntures.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
Investimentos	38.522	20.099	91,7%

No 1T25, a Companhia investiu R\$ 38,5 milhões, um aumento de 91,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período. A variação é devida a execução das obras relacionadas ao TAC para implantação de iluminação na BR116 do km161 ao km 170 e Serra do Espigão.

Comentário do Desempenho



PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

Previsão de Investimentos	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	810.510
Recuperações/Manutenções	222.010
Total	1.032.520

*Base Monetária: março/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Planalto Sul S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Rio Negro, 15 de maio de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Alisson de Almeida Freire
Diretor de Operações

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	103.314	93.829	10,1%
Receitas de pedágio	79.020	66.931	18,1%
Receitas de obras	23.997	26.504	(9,5%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-
Outras Receitas	297	394	(24,6%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.921)	(5.840)	18,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	96.393	87.989	9,6%
CUSTOS E DESPESAS	(54.784)	(55.580)	(1,4%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(14.790)	(13.999)	5,7%
Custo dos serv. de construção	(23.997)	(26.504)	(9,5%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.658)	(6.114)	(40,2%)
Remuneração da administração	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(12.434)	(9.054)	37,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	95	91	4,4%
Provisão para perdas esperadas	-	-	-
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
EBITDA	41.609	32.409	28,4%
Margem EBITDA	57,5%	52,7%	4,8 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(34.054)	(31.554)	7,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(24.937)	(23.490)	6,2%
Receitas financeiras	7.887	4.114	91,7%
Despesas financeiras	(32.824)	(27.604)	18,9%
Variação cambial, líq.	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(17.382)	(22.635)	(23,2%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(17.382)	(22.635)	(23,2%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	1T25	4T24	Δ%
ATIVO	1.485.824	1.506.410	(1,4%)
CIRCULANTE	270.589	283.517	(4,6%)
Caixa e equivalentes de caixa	216.937	210.539	3,0%
Aplicações Financeiras	19.180	29.662	(35,3%)
Contas a receber	18.571	14.703	26,3%
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo	-	-	-
Estoques	-	-	-
Despesas antecipadas	1.225	1.507	(18,7%)
Impostos a recuperar	6.490	5.165	25,7%
Adiantamentos a Fornecedores	90	91	(1,1%)
Dividendos a Receber	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	8.012	21.791	(63,2%)
Outros créditos	84	59	42,4%
NÃO CIRCULANTE	1.215.235	1.222.893	(0,6%)
Ativo Financeiro	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	-
Despesas antecipadas	1.227	1.311	(6,4%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.901	151.901	0,0%
Depósitos judiciais	3.642	3.642	0,0%
Outras contas a receber	23	23	0,0%
Investimentos	-	-	-
Direito de uso (IFRS 16)	4.657	7.192	(35,2%)
Imobilizado	1.047	1.141	(8,2%)
Intangível	1.052.738	1.057.683	(0,5%)
Diferido	-	-	-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.485.824	1.506.410	(1,4%)
CIRCULANTE	192.829	168.955	14,1%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Instrumento Financeiro Derivativo	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	-	-
Debêntures	132.115	104.456	26,5%
Fornecedores	12.162	13.677	(11,1%)
Risco Sacado	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	4.544	7.089	(35,9%)
Obrigações sociais	3.286	3.052	7,7%
Obrigações fiscais	3.296	3.213	2,6%
Contar a pagar - partes relacionadas	2.990	3.680	(18,8%)
Cauções contratuais	5.035	4.773	5,5%
Dividendos propostos	-	-	-
Credores pela concessão	-	-	-
Taxa de fiscalização	407	396	2,8%
Provisão para manutenção em rodovias	27.666	26.664	3,8%
Provisão para investimentos em rodovias	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-
Adiantamento seguros	-	-	-
Outras contas a pagar	1.328	1.955	(32,1%)
NÃO CIRCULANTE	813.433	840.511	(3,2%)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Debêntures	531.015	566.732	(6,3%)

Comentário do Desempenho**Planalto Sul**

Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	235.283	228.589	2,9%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	1.086	1.186	(8,4%)
Credores pela concessão	-	-	-
Obrigações fiscais	13.998	12.820	9,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	27.395	26.841	2,1%
Provisão para investimentos em rodovias	-	-	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.656	4.343	7,2%
Outras contas a pagar	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	479.562	496.944	(3,5%)
Capital social	1.099.584	1.099.584	0,0%
Reserva legal	(602.640)	(472.217)	27,6%
Reserva de lucros	(17.382)	(130.423)	(86,7%)

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 31 de março de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025 (“trimestre” ou “período”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

Notas Explicativas

Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	31.03.2025	31.12.2024
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e contas bancárias	947	1.376
Fundos de investimentos (a)	215.990	209.163
Total	216.937	210.539
	31.03.2025	31.12.2024
<u>Aplicações financeiras</u>		
Fundos de investimentos (b)	19.180	29.662
Total	19.180	29.662

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB, LFT e LF possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,86% a.a. do Certificado de

Notas Explicativas

Depósito Interbancário - CDI (101,07% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	17.824	-	14.093	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	38	-
Cartões de pedágio a receber (b)	56	-	50	-
Receitas acessórias a receber (c)	690	23	521	23
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Total	18.571	23	14.703	23

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	18.571	23	14.703	23
	18.571	23	14.703	23

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.382)	(22.635)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.910	7.696
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(47)	(10)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(5.863)	(7.686)
Total	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	-
Diferido	-	-
	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Notas Explicativas

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	720.971	706.554
Provisão de participação nos lucros	1.118	890
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.656	4.343
Outras provisões	868	373
Provisão para manutenção de rodovias	55.061	53.505
Arrendamentos	1.128	1.239
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(37)	(36)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	783.831	766.934
Alíquota nominal	34%	34%
Total	266.503	260.758
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	14.186	13.840
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(10.957)	(11.303)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(3.725)	(3.843)
Total do imposto de renda e contribuição social	262.778	256.915
Impostos diferidos não constituído	110.877	105.014
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	151.901	151.901

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Prejuízo fiscal e base negativa	14.417	24.813
Provisão de participação nos lucros	228	(8)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	313	196
Outras provisões	495	(9)
Provisão para manutenção de rodovias	1.556	(2.702)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	-	(31)
Arrendamentos	(111)	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	346	346
Base de cálculo diferenças temporárias	17.244	22.605
Alíquota nominal	34%	34%
Total	5.863	7.686
Impostos diferidos não constituídos	5.863	7.686
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos e debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade teve que depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permaneceu até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passou para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

No primeiro trimestre do ano de 2024, a Sociedade resgatou as aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referente a financiamentos em razão da quitação do contrato de empréstimo com o BNDES em 14 de fevereiro de 2024.

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2025 o saldo é de R\$8.012, aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 100,0% a.a. (R\$21.791 e 97,6%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.459	2.848	1.573	20.326	30	1.242	36.478
Remensurações	-	168	-	(18)	-	-	150
Saldo em 31.03.2025	10.459	3.016	1.573	20.308	30	1.242	36.628
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.074)	(2.684)	(751)	(16.337)	(24)	(416)	(29.286)
Amortização	(606)	(248)	(78)	(1.724)	(4)	(25)	(2.685)
Saldo em 31.03.2025	(9.680)	(2.932)	(829)	(18.061)	(28)	(441)	(31.971)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.385	164	822	3.989	6	826	7.192
Saldo em 31.03.2025	779	84	744	2.247	2	801	4.657
Taxas de amortização - a.a.	23%	33%	20%	34%	50%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2023	10.459	2.679	626	13.277	17	1.242	28.300
Remensurações	-	-	49	47	-	-	96
Saldo em 31.03.2024	10.459	2.679	675	13.324	17	1.242	28.396
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(6.647)	(1.771)	(546)	(9.259)	(11)	(318)	(18.552)
Amortização	(607)	(227)	(37)	(1.757)	(3)	(25)	(2.656)
Saldo em 31.03.2024	(7.254)	(1.998)	(583)	(11.016)	(14)	(343)	(21.208)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	3.812	908	80	4.018	6	924	9.748
Saldo em 31.03.2024	3.205	681	92	2.308	3	899	7.188
Taxas de amortização - a.a.	23%	34%	22%	50%	50%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2025	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(485)	(1.292)	(1.089)	(1.011)	(1.199)	(8)	(5.084)
Depreciação	(3)	(6)	(60)	(13)	(10)	(2)	(94)
Saldo em 31.03.2025	(488)	(1.298)	(1.149)	(1.024)	(1.209)	(10)	(5.178)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	53	90	734	115	84	65	1.141
Saldo em 31.03.2025	50	84	674	102	74	63	1.047
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	16%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2023	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2024	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(473)	(1.264)	(850)	(947)	(1.131)	(8)	(4.673)
Depreciação	(3)	(8)	(59)	(19)	(19)	-	(108)
Saldo em 31.03.2024	(476)	(1.272)	(909)	(966)	(1.150)	(8)	(4.781)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	65	118	950	179	152	65	1.529
Saldo em 31.03.2024	62	110	891	160	133	65	1.421
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.882.064	6.102	-	1.888.166	52.840	1.941.006
Adições	9.863	-	-	9.863	16.467	26.330
Saldo em 31.03.2025	1.891.927	6.102	-	1.898.029	69.307	1.967.336
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(879.278)	(4.045)	-	(883.323)	-	(883.323)
Amortização	(30.866)	(409)	-	(31.275)	-	(31.275)
Saldo em 31.03.2025	(910.144)	(4.454)	-	(914.598)	-	(914.598)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.002.786	2.057	-	1.004.843	52.840	1.057.683
Saldo em 31.03.2025	981.783	1.648	-	983.431	69.307	1.052.738
Taxas de amortização - a.a. (c)	7%	42%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.797.631	4.711	407	1.802.749	15.025	1.817.774
Adições	12.168	-	-	12.168	14.588	26.756
Transferências/reclassificações	407	-	(407)	-	-	-
Saldo em 31.03.2024	1.810.206	4.711	-	1.814.917	29.613	1.844.530
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(760.134)	(2.631)	-	(762.765)	-	(762.765)
Amortização	(28.467)	(323)	-	(28.790)	-	(28.790)
Saldo em 31.03.2024	(788.601)	(2.954)	-	(791.555)	-	(791.555)
<u>Alienações/baixas</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.037.497	2.080	407	1.039.984	15.025	1.055.009
Saldo em 31.03.2024	1.021.605	1.757	-	1.023.362	29.613	1.052.975
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final da concessão.

(b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.

(c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$2.333 (R\$660 em 31 de março de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao valor principal das dívidas em 2025 foi de 1,41% a.a. e em 2024 0,66% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

Em 14 de fevereiro de 2024 a Sociedade quitou o financiamento com o BNDES.

As movimentações dos financiamentos que ocorreram até a referida quitação estão representadas abaixo:

Moeda nacional	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-	53.540	49.713	103.253
Juros e variações monetárias provisionados	-	-	-	1.165	-	1.165
Amortização de principal	-	-	-	(101.900)	-	(101.900)
Pagamento de juros	-	-	-	(2.518)	-	(2.518)
Transferência	-	-	-	49.713	(49.713)	-
	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2025	31.12.2024
12ª emissão - 1ª Série	300.000	IPCA + 6,78% a.a.	jan-33	320.790	318.344
12ª emissão - 2ª Série	350.000	CDI + 2,15% a.a.	set-28	352.103	363.013
				672.893	681.357
			Custo de transação	(9.763)	(10.169)
			Total	663.130	671.188
			Circulante	132.115	104.456
			Não circulante	531.015	566.732
			Total	663.130	671.188

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	106.505	574.852	681.357	54.180	46.929	101.109
Captações/Renovações	-	-	-	-	650.000	650.000
Juros e variações monetárias provisionados	17.896	7.604	25.500	9.419	4.549	13.968
Amortização de principal	-	-	-	(101.576)	-	(101.576)
Pagamento de juros	(33.964)	-	(33.964)	(7.430)	-	(7.430)
Transferência	43.750	(43.750)	-	47.679	(47.679)	-
	134.187	538.706	672.893	2.272	653.799	656.071
Custo de transação	(2.072)	(7.691)	(9.763)	(2.014)	(9.508)	(11.522)
Saldo final	132.115	531.015	663.130	258	644.291	644.549

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
12ª emissão - 1ª Série	15.01.2024	300.000	1.000	08.02.2024	300.000
12ª emissão - 2ª Série	15.01.2024	350.000	1.000	08.02.2024	350.000
		650.000			650.000

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	54.590
2027	98.604
2028	119.840
2029	81.201
Após 2029	184.471
	538.706

As debêntures da 12ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

A escritura da 12ª emissão da Sociedade possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

Notas Explicativas

3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado, pois em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$12.162 (R\$13.677 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$5.035 (R\$4.773 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	7.089	1.186	8.275	8.377	2.899	11.276
Remensuração	150	-	150	98	(2)	96
Utilização (*)	(2.996)	-	(2.996)	(2.952)	-	(2.952)
Ajuste a valor presente - AVP	201	-	201	265	-	265
Transferência	100	(100)	-	664	(664)	-
	<u>4.544</u>	<u>1.086</u>	<u>5.630</u>	<u>6.452</u>	<u>2.233</u>	<u>8.685</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$1.997 (R\$1.968 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	421
2027	30
2028	103
2029	112
Após 2029	420
	<u>1.086</u>

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2025 são respectivamente R\$49 e R\$228 para Pis e Cofins (R\$49 e R\$224 respectivamente, em 31 de março de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2025 a taxa média é de 11,77% a.a. (10,02% a.a. em 31 de março de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Notas Explicativas

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.104	2.785
Litoral Sul S.A. (c)	886	895
Passivos com partes relacionadas circulante	2.990	3.680
Total do passivo circulante	2.990	3.680
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	235.283	228.589
Empréstimos partes relacionadas não circulante	235.283	228.589
Total do passivo não circulante	235.283	228.589

<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>31.03.2025</u>			<u>31.03.2024</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	228.589	228.589	-	384.230	384.230
Captações	-	-	-	-	10.000	10.000
Juros provisionados	-	7.872	7.872	-	8.829	8.829
Amortização/Recebimento de principal	-	-	-	(163.459)	-	(163.459)
Pagamento/Recebimento de juros	-	-	-	(26.541)	-	(26.541)
IR recuperar	-	(1.178)	(1.178)	-	(1.343)	(1.343)
Transferências	-	-	-	190.000	(190.000)	-
Saldo final	-	235.283	235.283	-	211.716	211.716

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.03.2025</u>		<u>31.03.2024</u>	
	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)/(c)</u>	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)/(c)</u>
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(7.872)	(2.000)	(8.829)	(2.229)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Litoral Sul S.A.	-	(1.311)	-	(1.557)
Total	(7.872)	(3.311)	(8.829)	(3.786)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. Em 09 de fevereiro de 2024, foram liquidadas as debêntures da 9ª, 10ª e 11ª emissão.

(c) Refere-se a reembolso de rateios da estrutura administrativa.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	5.412	9.000	5.003
20.09.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	1.982	3.500	1.827
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	11.500	6.428	11.500	5.920
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	4.971	9.000	4.575
20.12.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	2.180	4.000	2.006
20.01.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	13.000	7.014	13.000	6.448
20.03.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.200	3.799	7.200	3.489
06.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.050	2.000	964
20.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.200	2.195	4.200	2.015
20.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	8.500	4.222	8.500	3.864
07.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	800	396	800	362
21.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	10.000	4.935	10.000	4.514
20.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.200	3.041	6.200	2.780
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.100	1.511	3.100	1.381
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	988	1.900	903
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.200	622	1.200	566
05.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.028	2.000	939
20.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	3.070	6.000	2.803
20.05.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	3.798	7.500	3.466
07.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.100	554	1.100	505
21.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.850	3.931	7.850	3.585
05.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.300	648	1.300	590
20.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.150	1.064	2.150	969
05.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.400	647	1.400	590
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	3.441	7.500	3.134
06.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	911	2.000	829
20.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.600	3.440	7.600	3.130
05.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	449	1.000	408
20.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	2.671	6.000	2.428
22.11.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	2.183	5.000	1.982
06.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	649	1.500	588
20.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	941	112	941	85
			155.941	79.342	155.941	72.648
				235.283		228.589

No decorrer do período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$499 (R\$225 em 31 de março de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$37 (R\$55 em 31 de março de 2024) relativos a diretoria da Sociedade e R\$462 (R\$170 em 31 de março de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$339 para o ano de 2025 (R\$310 para o ano de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e

Notas Explicativas

divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.118 e R\$890.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	238	273	(41)	(70)	2	402
Trabalhistas	385	308	(79)	(170)	1	445
Regulatórios	3.720	89	-	-	-	3.809
Total	4.343	670	(120)	(240)	3	4.656

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2024
Cíveis	218	2.538	(27)	(2.477)	3	255
Trabalhistas	422	306	(42)	(181)	1	506
Regulatórios	3.551	189	(159)	-	45	3.626
Total	4.191	3.033	(228)	(2.658)	49	4.387

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2025	31.12.2024
Cíveis	7.942	7.767
Trabalhistas	429	530
Regulatórios	55.979	54.679
Total	64.350	62.976

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.642 (R\$3.642 em 31 de dezembro de 2024), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$313 (R\$316 em 31 de dezembro de 2024) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Notas Explicativas

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,42% a.a. em 31 de março de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	26.664	26.841	53.505
Adições/Reversões	7.660	4.774	12.434
Utilizações	(11.849)	-	(11.849)
Ajuste a valor presente	476	495	971
Transferências	4.715	(4.715)	-
Saldo em 31.03.2025	27.666	27.395	55.061

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	45.389	29.432	74.821
Adições/Reversões	1.064	7.990	9.054
Utilizações	(12.757)	-	(12.757)
Ajuste a valor presente	589	412	1.001
Transferências	5.874	(5.874)	-
Saldo em 31.03.2024	40.159	31.960	72.119

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$11.119 (R\$9.683 em 31 de março de 2024).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.128.034, composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior.

Notas Explicativas

Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Receita de serviços prestados	79.020	66.931
Receita de serviços de construção	23.997	26.504
Outras receitas	297	394
Receita bruta	103.314	93.829
ISSQN	(3.951)	(3.347)
PIS	(515)	(437)
COFINS	(2.377)	(2.019)
Outras deduções	(78)	(37)
Receita líquida	96.393	87.989

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Custos:		
Com pessoal	(4.856)	(4.465)
Serviços de terceiros	(4.505)	(4.370)
Conservação	(2.235)	(2.193)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(115)	(215)
Consumo	(491)	(328)
Transportes	(755)	(700)
Verba de fiscalização	(1.221)	(1.164)
Seguros / Garantias	(587)	(545)
Provisão de manutenção em rodovias	(12.434)	(9.054)
Custos de serviços da construção	(23.997)	(26.504)
Depreciação / Amortização	(33.888)	(31.416)
Outros	(25)	(19)
Total	(85.109)	(80.973)

	31.03.2025	31.03.2024
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(1.982)	(2.110)
Serviços de terceiros	(260)	(346)
Manutenção de bens e conservação	(320)	(314)
Consumo	(139)	(218)
Transportes	(22)	(44)
Seguros/Garantias	(2)	-
Provisão/(reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(550)	(2.805)
Comunicação e <i>marketing</i>	(22)	(39)
Indenizações à terceiros	(9)	(13)
Publicações legais	(159)	(35)
Depreciação / Amortização	(166)	(138)
Outros	(193)	(190)
Total	(3.824)	(6.252)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

Notas Explicativas

	31.03.2025	31.03.2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.764	4.079
Créditos fiscais	123	35
Total	7.887	4.114
	31.03.2025	31.03.2024
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(31.039)	(23.302)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.172)	(1.266)
Outras despesas	(613)	(3.036)
Total	(32.824)	(27.604)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2025 no valor de R\$33.372, o montante de R\$2.333 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento (R\$23.962 e R\$660 em 31 de março de 2024).

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2025	31.03.2024
Total das adições de intangível e intangível em andamento (a)	26.330	26.756
Juros capitalizados - financiamentos (a)	-	(1)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(2.333)	(659)
	23.997	26.096
Aquisição (adições)	(23.997)	(26.096)
Fornecedores	(3.420)	6.178
Obrigações fiscais	(279)	(277)
Contas a pagar - partes relacionadas	(32)	136
Cauções contratuais	325	(40)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(27.403)	(20.099)
Fluxo de caixa intangível	(27.403)	(20.099)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(27.403)	(20.099)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

(3.406) 5.997

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 22.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	31.03.2025	31.03.2024
Básico/Diluído		
Prejuízo do período	(17.382)	(22.635)
Número de ações durante período	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0101)	(0,0132)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			31.03.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>						
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	216.937	216.937	210.539	210.539
Aplicação Financeira	N/A	2	19.180	19.180	29.662	29.662
Contas a receber clientes	N/A	2	18.571	18.571	14.703	14.703
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	8.012	8.012	21.791	21.791
Outros Créditos	N/A	2	197	197	173	173
			262.897	262.897	276.868	276.868
<u>Passivo</u>						
Debêntures privada - partes relacionadas	N/A	2	235.283	235.283	228.589	228.589
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	2.990	2.990	3.680	3.680
Debêntures (a)	N/A	2	672.893	674.302	681.357	674.856
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	17.197	17.197	18.450	18.450
Taxa de fiscalização	N/A	2	407	407	396	396
Outras contas a pagar	N/A	2	1.328	1.328	1.955	1.955
			930.098	931.507	934.427	927.926

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução -25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%	9,30%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(107.765)	(120.305)	(132.845)	(95.224)
Receita de aplicações financeiras	914	1.142	1.370	685
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(32.135)	(39.510)	(46.885)	(24.759)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(138.986)	(158.673)	(178.360)	(119.298)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%	3,38%
Juros a incorrer - Debêntures	(54.487)	(58.478)	(62.468)	(50.496)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(54.487)	(58.478)	(62.468)	(50.496)
Juros a incorrer líquido no resultado	(193.473)	(217.151)	(240.828)	(169.794)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de abril de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.824 (R\$14.093 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá

Notas Explicativas

liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 31 de março de 2025 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$17.382 (R\$22.635 em 31 de março de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,77%	5.630	6.108	1.912	2.851	494	84	767
Partes relacionadas	1,08%	235.283	235.283	-	-	-	235.283	-
Debêntures - CDI (b)	16,50%	352.103	429.965	-	169.930	112.095	52.174	95.766
Debêntures - IPCA (b)	11,30%	320.790	447.586	10.437	36.360	23.275	73.758	303.756
Fornecedores e cauções contratuais		17.197	17.197	12.162	5.035	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		2.990	2.990	2.990	-	-	-	-
Outras contas a pagar		1.328	1.328	1.328	-	-	-	-
		935.321	1.140.457	28.829	214.176	135.864	361.299	400.289

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	94.249

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2025 é de R\$217.044 (R\$171.702 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 9 de maio de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia